

ANGOLANA

ATUALIDADE

Número 32

Rio de Janeiro, março de 1990

Angola e Brasil incrementam relações

O novo presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello, garantiu que as relações entre o Brasil e Angola serão incrementadas, em todos os domínios, nos próximos cinco anos. Ele manifestou essa disposição ao presidente angolano, José Eduardo dos Santos, durante uma audiência entre os dois chefes de Estado, realizada um dia depois da posse de Collor.

Desde a independência de Angola, em 1975 — acontecimento que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer —, as relações entre os dois países só têm crescido. Em 1988, o volume global de trocas entre eles totalizou 300 milhões de dólares. Além disso, o Brasil participa, ao lado da União Soviética, da edificação de uma usina hidrelétrica em Angola, cujo custo está em torno de um bilhão de dólares.

Collor disse a José Eduardo dos Santos que está interessado em desenvolver significativa-



Collor garante a Eduardo dos Santos mais investimentos em Angola

mente essas relações. A possibilidade de investimentos conjuntos foi uma das vias que ele avançou para incrementar as relações econômicas entre as duas nações. O presidente brasileiro também exprimiu a disponibilidade total das novas autoridades do país para ampliar a formação de quadros e especialistas angolanos no Brasil. Presentemente, só em universidades locais, estudam um pouco mais de cem alunos angolanos.

No plano político, Fernando Collor prontificou-se a exercer toda a influência possível para levar a atual administração americana a rever as suas posições em relação a Angola.

Uma porta para a CEE

Os empresários brasileiros que pretenderem entrar na Comunidade Econômica Europeia (CEE) poderão instalar-se em Angola e produzir mercadorias destinadas aos doze. Esta informação foi mencionada no decurso de um encontro do ministro do Plano (Planejamento) de Angola, António Henriques da Silva, com empresários locais, que teve lugar em Brasília, no dia 15 de março.

Henriques explicou que a referida possibilidade está contemplada na chamada Convenção de Lomé-IV, documento assinado no final do ano passado e que estabelece os termos da cooperação entre a CEE e os países conhecidos como ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

EDITORIAL

Democracia e terrorismo

Uma apreciação objetiva e desapassionada da atual situação em Angola, mesmo feita pelos opositores e críticos (internos e externos) do regime conduzido pelo MPLA — Partido do Trabalho, permite uma única conclusão honesta: as autoridades angolanas, tendo à frente o presidente José Eduardo dos Santos, têm sido responsáveis por todas as iniciativas de paz bem assim pela criação de um clima adequado de abertura econômica e política no país. O único obstáculo para que esse processo caminhe mais rapidamente é a atitude dos atuais dirigentes da Unita, que insistem em prosseguir a guerra, a mando dos Estados Unidos, sem qualquer

preocupação com o sofrimento das populações.

Além de agir como um mero instrumento da política americana (o que diz tudo sobre seu alegado “nacionalismo”), o que caracteriza as últimas atitudes da Unita é um sentimento cada vez maior de frustração e desespero. Isso explica, por exemplo, o recurso ao terrorismo bombista, para tentar atenuar o significado estratégico (político e militarmente) da perda de posições antes consideradas inexpugnáveis, como Mavinga. Em declarações recentes, o próprio chefe dos rebeldes, Jonas Savimbi, começou a aparecer como um homem acossado e incapaz de rever os seus erros.

Não se sabe, agora, os objetivos que persegue a Unita ao continuar a guerra, utilizando métodos hediondos, que afetam exclusivamente a população civil. Alegam os rebeldes que pretendem a democracia. Sem nos determos na análise da suposta natureza “democrática” da Unita, já desmascarada por numerosos membros dessa organização que resolveram abandoná-la, é de se perguntar, simplesmente: a democracia deve ser implantada por intermédio do terrorismo?

A matéria que publicamos na página 3 desta edição mostra as transformações democráticas que o regime angolano está disposto a empreender no país. Co-

mo se lê, as autoridades não colocam nenhum limite para essas transformações, desde que reunidas determinadas condições. A decisão de promover a democratização da sociedade angolana de forma gradual justifica-se, obviamente, porque toda a mudança demasiado brusca redundaria inevitavelmente em convulsões sociais. As ações do governo demonstram a todos os cidadãos angolanos, independentemente das suas convicções, interesses e sensibilidades, que a política se deve (e pode) fazer dentro do país — e em paz. Apenas a direção da Unita, com a sua atitude belicosa, tenta impedir a consolidação desse novo e instigante cenário.

Angola e África do Sul aproximam-se

O ministro sul-africano das Relações Exteriores, Pik Botha, realizou no início deste mês a sua primeira visita oficial a Luanda, naquele que foi, até agora, o momento mais alto de um processo considerado estratégico para o futuro de toda a África (e não só): a aproximação entre Angola e a África do Sul — dois arquiinimigos desde 1975 —, o que ainda há dois anos atrás era absolutamente impensável. Esse processo, que poderá alterar radicalmente a situação na parte sul do continente africano, com consideráveis implicações mundiais, começa agora a vir à luz do dia, o que é facilitado pelas reformas empreendidas pelo presidente De Klerk na África do Sul.

Embora não tenham sido assinados quaisquer acordos concretos, em nenhum domínio, o significado e o nível dos entendimentos políticos alcançados entre as duas partes podem ser considerados notáveis. Em síntese, Angola e África do Sul concordaram em desenvolver estreitas relações de cooperação econômica, para o que decidiram ajudar-se mutuamente, no plano político, para conseguir a estabilização de toda a África Austral. Observadores estrangeiros interpretaram essa decisão como um sinal de que os angolanos vão interceder junto ao Congresso Nacional Africano (ANC) e os sul-africanos junto à Unita, para obter uma solução negociada tanto do problema do *apartheid* como do conflito militar em Angola.

Confirmando parcialmente esta leitura, Pik Botha declarou, em Luanda, que as autoridades sul-africanas estão prontas a influenciar a Unita — organização utilizada até aqui pelo regime de Pretória a fim de desestabilizar Angola —, para que os rebeldes aceitem a recente proposta de conversações diretas feitas pelo governo do presidente José Eduardo dos Santos.

Novo cenário — Um empresário brasileiro que assistiu ao início do processo de aproximação entre Angola e a África do Sul revelou à Angop que numerosos empresários sul-africanos, ligados sobretudo aos setores de exportação, mineração e construção civil, sempre estiveram interessados em cooperar com os angolanos. Eles consideram que o *apartheid* se tornou um obstáculo ao desenvolvimento do país, pois impede a cooperação com outros países, além de estar na base



Em Luanda, Pik Botha declarou o seu empenho na estabilização política da África Austral

das sanções internacionais e de provocar o aumento dos custos financeiros dos empréstimos obtidos no exterior.

Outras fontes revelaram que, quando o processo que levaria a Namíbia à independência se tornou irreversível, o ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Pik Botha, teria sugerido aos negociadores angolanos que os dois países deveriam contribuir conjuntamente para o desenvolvimento econômico da África Austral. As autoridades angolanas manifestaram a sua disponibilidade para isso, mas impuseram uma condição prévia: queriam sinais de que o regime de Pretória estava pronto a desmantelar o *apartheid*.

Os sinais emitidos pelo governo do presidente De Klerk já são do conhecimento público e alguns deles verdadeiramente espetaculares. Os observadores são unânimes em considerar que os acontecimentos da África do Sul terão repercussões regionais e internacionais extraordinárias. No momento em que foi definitivamente resolvido o problema do *apartheid* e cessarem as guerras em Angola e Moçambique, um novo cenário, totalmente transfigurado, tomará conta de todo o sul da África. Sabendo-se que a região, além da sua localização estratégica, tem um potencial econômico incalculável, é de se prever a formação de mais um bloco regional de peso planetário, para competir com os atual-

mente existentes (CEE, Estados Unidos/Canadá, os chamados "tigres asiáticos" etc.).

Acontecimentos — A aproximação agora esboçada entre Angola e a África do Sul — as duas nações economicamente mais importantes da África Austral — funcionará, segundo prevêem certos analistas, como a "locomotiva" desse processo de integração. A recente visita de Pik Botha a Luanda parece indicar que os dois países estão decididos a esquecer o passado de guerras que os tem mantido separados, trabalhando ativamente no sentido de um futuro radicalmente novo. O ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dúnm (Loy), foi muito claro: "O passado separa, mas só o futuro une" — afirmou ele, ao receber o seu colega sul-africano.

Um aspecto particularmente notável é que angolanos e sul-africanos também parecem claramente resolvidos a alijar os Estados Unidos deste processo inédito de aproximação. Confirmando-o, Pik Botha disse, em Luanda: "Nós (Angola e a África do Sul) temos de resolver os nossos próprios problemas, sem esperar que sejam resolvidos por terceiros." Outro sul-africano, Neil Van Heerden, diretor-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, qualificou os atuais acontecimentos na África Austral com o seguinte adjetivo: "excitantes."

ANGOP

AGÊNCIA ANGOLA
PRESS

Diretor Geral:
Avelino Miguel

Diretor de Informação:
Siona Casimiro

Diretor Técnico:
José Abreu de Oliveira

Sede Central
Rua Rei Katavala, n.º 120

Telefone: 334-593
Telex: 4160 ANGOP
AN — Luanda
República Popular de
Angola

Sucursais
Brasil

Diretor:
Anibal João Melo
Diretor Adjunto:
Felisberto Costa Filho
Endereço:
Rua Álvaro Alvim,

31/501, CEP 20031,
Centro, Rio de Janeiro
Telefone:
(021) 220-9439
Telex: (021) 32462
ANBL BR

Portugal (Lisboa)

Diretor:
Luzia Moniz

Telefone: 533-704
Telex: 42758 ANGOPP

Grã-Bretanha (Londres)

Diretor:
Joaquim Camati
Telefone: 493-1611
Telex: 295813 ANGOP G

Correspondentes:

António Santana, (Harare),
Conceição Luanda (Berlim),
Filipe Muakasso (Praga), José
Chimuco (Havana), José
Wolo Kossi (Brazzaville),
Vasco Correia (Moscou)

ANGOLANA
ATUALIDADE

Editor: Anibal João Melo

Redação: Carlos Augusto de Oliveira Lima e
Felisberto Costa Filho

Pesquisa: João Belizário

Programação Visual: Squadron

Composição e Impressão:
Editora Lidador Ltda.

Governo promove abertura política

Desde que haja “condições objetivas de paz e segurança internas”, o multipartidarismo poderá ser implantado em Angola, segundo admitiram pela primeira vez, no início deste mês, as autoridades do país. No momento, porém, continuará em vigor o sistema de partido único, mas profundamente reformado, de maneira a garantir o exercício pelos cidadãos do pluralismo de idéias. A decisão foi confirmada pelo membro do Birô Político do MPLA — Partido do Trabalho, Roberto de Almeida, quando — em atitude igualmente inédita — apresentava à imprensa as teses que serão discutidas no próximo congresso ordinário do partido, em dezembro.

Angola já tinha decidido rever as suas orientações econômicas em 1985, antes do advento da *perestroika* e da *glasnost* na União Soviética, o seu principal aliado. Contando com a assessoria de especialistas húngaros, o governo do presidente José Eduardo dos Santos resolveu, nesse ano, proceder a uma profunda reestruturação da economia de tendência liberalizante, a qual pregê a diminuição do papel do Estado na economia, o incremento da iniciativa privada e uma maior abertura aos investimentos estrangeiros.

Politicamente, as coisas começaram a mudar depois que, no final de 1988, foi assinado o acordo tripartite de paz entre Angola, Cuba e a África do Sul, prevendo a independência da Namíbia e a retirada cubana do território angolano. Aliviada parcialmente a pressão militar no país (pelo acordo, cessavam as hostilidades diretas com o exército sul-africano), as autoridades iniciaram um processo de abertura interna, ao mesmo tempo em que desenvolviam esforços para solucionar pela via do diálogo o conflito com os rebeldes direitistas da Unita, apoiados pelos Estados Unidos.

Pluralismo político — O presidente angolano José Eduardo dos Santos tomou pessoalmente a iniciativa de promover a democratização gradual do país. Durante o ano de 1989, ele assinalou, em diversos momentos, a necessidade de haver “mais democracia” em Angola. A imprensa, apesar de conservar ainda defeitos resultantes de uma visão ostensivamente instrumental do jornalismo, começou a mudar. As primeiras associações informais começaram a surgir. O debate de idéias alargou-se, tendo tido um instante de grande repercussão em setembro, durante um simpósio organizado pela Secretaria de Estado da Cultura, aberto ao público.

Na sua última mensagem de Ano Novo, Eduardo dos Santos foi ainda mais

longe, anunciando uma série de medidas, que deverão ser aplicadas pelas autoridades, a fim de estabilizar o país e de ampliar a democracia. Entre as medidas, incluem-se a revisão da atual legislação eleitoral, para possibilitar candidaturas fora do partido dirigente ou independentes, e a próxima aprovação de uma lei de associações.

Em fevereiro, o Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho aprovou as teses que serão discutidas em dezembro pelos delegados ao Congresso. Essas teses acrescentam às propostas do presidente José Eduardo dos Santos outras alterações substanciais do atual sistema político vigente em Angola: fim da acumulação de funções pelo presidente (ele deixará de ser o primeiro-ministro e o presidente da Assembléia do Povo), separação mais clara entre o partido e o Estado, maior independência do poder judicial, fim da vinculação dos meios de comunicação ao partido e adoção de uma Lei de Imprensa.

Democratização da sociedade isolará ainda mais a Unita

As autoridades angolanas defendem que pode haver pluralismo político sem a existência, por enquanto, de vários partidos. Além da situação de guerra, que ainda persiste, um velho fantasma dos povos africanos exige que a construção de qualquer projeto multipartidário seja envolvido de cuidados especiais: o tribalismo. Mas a porta não foi fechada para que, como se lê nos documentos aprovados pelo Comitê Central do MPLA — Partido do Trabalho, este modelo “possa evoluir de modo realista para um sistema político multipartidário, que respeite a história e a realidade” do país.

Fator de paz — Estas medidas para ampliar a democracia em Angola relacionam-se intimamente com o problema da guerra. Observadores independentes consideraram que a democratização da sociedade angolana contribuirá de forma decisiva para aumentar a base social do regime e para aumentar as divisões no interior da Unita, isolando os atuais dirigentes da organização rebelde, interna e externamente.

Há indícios da justeza desse ponto de vista. Nos primeiros dias de fevereiro, durante a visita do chefe da Unita a Lisboa, um grupo de quadros angolanos indepen-

dentos, que moram na capital portuguesa, ficou muito mal impressionado com as atitudes de Jonas Savimbi, que se recusou a manter uma discussão política com eles. Por outro lado, vários dissidentes da Unita, que acusam Savimbi de violação dos direitos humanos e põem em causa a sua vocação “democrática”, elogiaram o discurso de fim de ano do presidente José Eduardo dos Santos e exortaram a Unita a cumprir o cessar-fogo acordado em junho do ano passado com o governo. Para eles, “a guerra é um obstáculo à democracia”.

Impasse político-militar — A recusa dos dirigentes da Unita, estimulados pelos Estados Unidos, em cumprir os entendimentos de paz alcançados com o governo, no dia 22 de junho de 1989, na localidade zaireense de Gbadolite, mantém num impasse a atual situação político-militar do país. O problema é que tais entendimentos — aceitos por Savimbi — apenas prevêem a integração individual dos homens da Unita na sociedade angolana, mas não o reconhecimento da organização rebelde como partido. Aparentemente — notam os observadores —, a Unita confia no *diktat* americano, para que o multipartidarismo seja implantado de fora para dentro e não de acordo com a própria dinâmica interna do país.

Presentemente, a situação dos rebeldes no terreno militar está mais frágil, com a tomada da importante localidade de Mavinga pelas tropas governamentais (ver edição de fevereiro). A aviação angolana, inclusive, já bombardeou por duas vezes o quartel-general da Unita, na Jamba (sudeste de Angola, próximo da fronteira da Namíbia), o que é favorecido pela proximidade das duas localidades. As autoridades apresentam essas ações militares como medidas de retaliação pelas constantes violações do cessar-fogo cometidas pelos homens de Savimbi, mas garantem que não buscam “uma vitória militar total”.

No início deste mês, discursando na Assembléia do Povo (parlamento), o presidente José Eduardo dos Santos, depois de sublinhar, mais uma vez, a decisão das autoridades de criar as condições para “uma sociedade cada vez mais aberta”, declarou: “É nesse quadro jurídico-institucional que gostaríamos de ver aqueles que continuam a crer na violência armada como via para a conquista do poder.” Ele anunciou que o governo está realizando atualmente esforços para ultrapassar o impasse da mediação africana (exercida pelo presidente zaireense, Mobutu Sese Seko) no processo negociado de paz em Angola.

DIPLOMACIA

Saudação — O presidente angolano José Eduardo dos Santos enviou uma saudação ao presidente interino do Congresso Nacional Africano (ANC), Alfred Nzo, por ocasião da libertação de Nelson Mandela. Na mensagem, ele reitera a solidariedade militante do povo angolano com o ANC e o povo sul-africano na sua luta contra o regime do *apartheid*. “A libertação deste incansável combatente e destacado símbolo da unidade e da resistência do povo sul-africano ocorre num momento em que na África do Sul se operam transformações significativas. Esperamos que as iniciativas do presidente De Klerk possam conduzir à criação das condições necessárias para o diálogo com o ANC e outras forças patrióticas, para a instauração de um Estado democrático e não-racista numa África do Sul unida”, diz a mensagem.

O presidente angolano felicitou, por outro lado, o seu homólogo sul-africano pela corajosa decisão de libertar Mandela e encorajou-o a dar outros passos que levem a África do Sul à paz, à estabilidade, ao fim do *apartheid* e ao progresso.

Reeleição — Angola foi reeleita vice-presidente do Conselho Mundial da Paz e eleita para o seu Comitê Executivo, durante conferência realizada no mês passado em Atenas, Grécia. Durante o encontro foi decidida a criação de comitês continentais da paz, entre os quais o africano, para o qual já foi constituído um secretariado, com sede em Dacar, Senegal. Os Estados do continente deverão se reunir naquela cidade dentro de seis meses para definir os estatutos e regulamentos do comitê.

GUERRA

Mentiras — O ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dúnem (Loy), desmentiu os rumores sobre a utilização de armas químicas contra os rebeldes da Unita, postos a circular por um médico belga que visitou o santuário daquela organização, em Jamba, sudeste do país. Falando à Agência de Informação Moçambicana, Loy afirmou que “os rumores visam desviar as atenções da opinião pública internacional e colocar o governo angolano como violador da Convenção de Genebra, que proíbe o uso desse tipo de armas.

Ele revelou também que “a Unita está neste momento recrutando mercenários na Europa e nos Estados Unidos, com financiamento do governo americano, numa tentativa de recuperar a estratégica vila de Mavinga, na província do Kuando Kubango, que desde 2 de fevereiro está nas mãos do exército angolano”. O ministro acrescentou ainda que a ofensiva do exército angolano não tem por objetivo alcançar uma vitória final, mas se destina a obrigar a Unita a abandonar a sua política belicista.

POLÍTICA

Remodelação — O presidente José Eduardo dos Santos procedeu a uma remodelação nos quadros do Estado no final do mês passado. Assim é que foram nomeados Domingos Manuel N’Jinga, para o cargo de vice-ministro das Relações Exteriores; Martinho Sanches Epalan-

ga, para o de vice-ministro da Saúde; e Francisca de Fátima do Espírito Santo, para o de vice-ministra da Educação. Para o cargo de comissário provincial do Kuando Kubango foi indicado o coronel Domingos Hungo; e para secretário de Estado dos Antigos Combatentes, Manuel Francisco Tuta.

HARMONIZAÇÃO

Mensagem — Os membros da comunidade angolana nos Estados Unidos e Canadá encaminharam uma mensagem ao presidente americano George Bush em que exprimem a vontade do governo angolano na busca da reconciliação nacional. “Considerando a situação de guerra que o nosso país atravessa, apoiamos firmemente os esforços do gover-

no no sentido da reconciliação e da salvaguarda da integridade territorial do nosso país, lê-se na mensagem, que manifesta ainda preocupação com a ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos de Angola, lamenta a perda de vidas humanas e encoraja o governo angolano a prosseguir na busca de uma paz duradoura.

AGRICULTURA

Recuperação — A Comunidade Económica Europeia (CEE) vai financiar a recuperação do complexo agrário de Chinvinguiro, na província de Huíla (sul de Angola), com 8 milhões de dólares, anunciou o embaixador da CEE naquele país, Carlos Gil. Atualmente a CEE financia outros projetos na Huíla, como a construção de um edifício de apartamentos de trinta andares, a recuperação da estrada que liga a cidade do Lubango ao Namibe e um programa de importação de equipamentos agrícolas.

Camponeses — Com o objetivo de contribuir para dinamizar o desenvolvimento económico e social e consolidar a unidade nacional, foi constituída no mês passado a União Nacional dos Camponeses Angolanos (Unaca). Ao falar no encerramento da sua conferência constitutiva, o presidente de Angola José Eduardo dos Santos assinalou que o surgimento da Unaca está em conformidade com a orientação do MPLA — Partido do Trabalho no sentido de apoiar o movimento cooperativo e a organização dos camponeses.

ANGOLA, TERRA DA LIBERDADE



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

TAAG — Av. Presidente Vargas 542/Loja A
Telefone: 263-4911
Telefones no Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113